



SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

III EXAME DE ORDEM / 1998 DIREITO ADMINISTRATIVO

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 28.11.98

I - PEÇA (7 PONTOS)

A Prefeitura Municipal de Cajazeiras -PB, realizou licitação para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, que seriam destinados à utilização por associações comunitárias da zona rural. Concluído todo o processo, licitatório, a empresa S.S.O -AGRICOLA, de Brasília, sagrou-se vencedora, pois atendeu todas as normas e condições contidas no edital convocatório.

Ocorre que, por determinação do Secretário de Agricultura do Município, o fornecimento do maquinário foi adjudicado à SERTANEJA - MÁQUINAS E SERVIÇOS AGRICOLAS”, sediada naquele Município e pertencente a um primo do secretário, sob o argumento de que, "dado à proximidade do inverno, certamente, as máquinas e implementos agrícolas vindos de Brasília não chegariam a tempo de serem utilizados pelos agricultores, com irreparáveis prejuízos à agricultura municipal. Além do que, "sendo adjudicados os fornecimentos à empresa Cajazeirense, estar-se-ia, contribuindo de maneira indireta para o desenvolvimento do Município, na medida em que o recolhimento dos tributos incidentes ficariam no próprio Estado da Paraíba e/ou no Município de Cajazeiras, e de que a empresa empregava 100% da mão-de-obra local".

A empresa S.S.O -Agrícola recolheu administrativamente e o processo foi parar na sua mão. Na qualidade de Procurador-Geral do Município, elabore um parecer norteador da questão.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / ADMINISTRATIVO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É

PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A
CONTAGEM DOS PRAZOS.

**!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA
PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.**

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

Zé Valentão, paraibano forte e corajoso, apesar de sua fama, tem de suportar determinado gravame, igualzinho a todo administrado, sobre sua propriedade imóvel, consistente na limitação de seu bem, serviente, em prol da coletividade, ressalvado, entretanto, o direito subjetivo à indenização, se vier a sofrer prejuízos em consequência da ação impositiva do Poder Público. No direito brasileiro, como se configura tal gravame?

2º QUESTÃO (1 ponto)

O Governo Federal, demonstrando que quer, a todo custo, acabar com o déficit da Previdência Social, estabeleceu nas medidas baixadas recentemente a obrigatoriedade de o "servidor público" contribuir com percentual adicional que atinge a 20% sobre o salário que exceder a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), além do percentual normal que já incide sobre os R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) .

Em determinada procuradoria autárquica estabeleceu-se a discussão para saber se a medida alcançava apenas os servidores públicos ou todos os agentes públicos. Certo procurador não muito afeito ao Direito Administrativo indagou: "Qual a diferença entre servidor público e agente público"? Você, como participante da discussão, bem informado, o que responderia à luz da moderna doutrina?

3º QUESTÃO (1 ponto)

Certa concessionária de serviço público, localizada no Município de Cajazeiras -PB, teve seu contrato rescindido unilateralmente pelo Poder Público Municipal, por motivo de inadimplemento contratual por parte da citada concessionária. Como a moderna doutrina classifica tal rescisão ?

III EXAME DE ORDEM / 1998 DIREITO CIVIL

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 28.11.98

I - PEÇA (7PONTOS)

1- DADOS:

A Ocorrência Policial nº 01/98, registra um acidente de trânsito, ocorrido às 07:20 horas, envolvendo um veículo marca Mercedes Benz, tipo ônibus, cor branca, ano 1988, de propriedade da Pessoa Jurídica de Direito Público - ANAD, sendo vítima JONAS DE MELO, casado, com dois filhos, -JOAQUIM e MANOEL - menores impúberes.

Internado no H.D.B., em estado que inspira cuidados, foi submetido a várias cirurgias, inclusive corretivas para minimizar as deformações na clavícula e fraturas em ambas as pernas, com perda da capacidade laborativa. Vivia de salário da empresa VIP .

Consta como condutor do ônibus, o motorista ADÃO.

2- PEDIDOS: (Redigir a ação ordinária de reparação de danos)

a- sustentar a justiça gratuita e, juízo competente para julgar o feito;

b- os fundamentos legais;

c- fundamentar os danos:

1) moral;

2) material:

- dano emergente;

- lucro cessante;

3- OBSERVAR:

a- A satisfação dos requisitos da petição inicial:

- 1) as partes (qualificação);
- 2) os fundamentos jurídicos e legais;
- 3) o pedido com suas especificações;
- 4) o valor da causa.

b- Os prazos, considerando:

- 1) 65 anos, como idade média do brasileiro;
- 2) JONAS DE MELO nascido em 14.02.71;

c- a correção gramatical.

4- SEJA OBJETIVO.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / CIVIL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

JOSE GOMES, por seu advogado, estribado nos artigos 982 e seguintes do Código de Processo Civil, requereu a abertura de inventário e posterior partilha dos bens deixados por FELIPE falecido em 21.09.96 e por MARIA falecida em 20.10.96.

DADOS:

De um casamento realizado entre ELIAS CORREA e ANA CONCEIÇÃO nasceram:

1- FRANCISCO casado com JANE de cuja união nasceram:

- a- JOSÉ GOMES;
- b- ANA FONTES;

- 2- FELIPE, falecido em 21.09.96;
- 3:- MARIA, falecida em 20.10.96;

De um casamento anterior de ANA CONCEIÇÃO, nasceu JOSÉ MARIA falecido em 15.10.92, tendo deixado quatro filhos- ROSA, ESPEDITO, JOÃO e CARLA.

O patrimônio a ser partilhado é de R\$100.000,00.

PERGUNTA:

Qual o valor, que por partilha, ficará para cada um dos herdeiros e, qual o fundamento legal?

- 1- JOSÉ GOMES -R\$
- 2- ANA FONTES -R\$
- 3- ROSA -R\$
- 4- ESPEDITO -R\$
- 5- JOÃO -R\$
- 6- CARLA -R\$

2º QUESTÃO (1 ponto)

Em um tiroteio havido entre o doador, que saiu gravemente ferido, e o donatário agressor, que veio a falecer, cabe revogação de doação? Justifique.

3º QUESTÃO (1 ponto)

A doação pode ser estipulada com cláusula de reversão ?Justifique.

**III EXAME DE ORDEM / 1998
DIREITO PENAL**

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data:

I - PEÇA (7 pontos)

Renato Vargas Dutra, nascido em **3 de maio de 1927**, foi condenado em data de 3 de outubro de 1997 (68 f.), por sentença do Juiz da 198 Vara Criminal de Brasília - DF, da qual foi intimado em **8-10 (4a feira.)** à pena de **dois (2) anos, quatro (4) meses e vinte (20) dias de reclusão** pela prática do crime previsto no art. 124, do CPB, contra

a pessoa de **Ana Tereza Ferraz**. Aceitou a dosagem, porém inconformou-se pelo fato de, na sentença, haver o Juiz negado a concessão do "sursis" sob justificativa de haver o réu sido condenado recentemente por lesão corporal, proveniente de delito de trânsito (**art. 129, §6º do CPB**). O principal inconformismo de Renato, contudo, deve-se ao fato de ter profissão certa, com consultório montado no Edifício Monte Verde, s/520, sito no SHIS, 18, conj. 12 e ter sido essa a primeira vez que usou de tal prática, fazendo-o movido por sentimento de piedade, vez que, atendendo súplica de sua paciente que alegou absoluta impossibilidade de, não tendo pessoas que pudessem tomar conta do filho, encontrar-se impossibilitada de trabalhar para manter a sobrevivência de ambos. Como profissional, sempre teve conduta ilibada, conforme testemunharam na instrução criminal as antigas clientes (Julia Sá Viana e Solange de Freitas Araújo e seu marido Marcos Tenório Araújo às tis. 11,12 e 13) e conhecidos, além de possuir residência própria há mais de vinte anos, e família constituída de mulher e três filhos, no distrito de culpa; situação comprovada nos autos por meio de escritura de registro do imóvel residencial, certidão de casamento e registros de nascimento, (tis. 14/18) atendendo, assim, todas as exigências legais para a concessão do benefício. Se cabível recurso, interponha-o, no **último dia do prazo**, juntando, de logo, as **Razões**.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / PENAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

Elisa, em 16 de abril de 1998, tomando conhecimento de que seu marido Eduardo mantinha relações sexuais com Marina, levou a conhecimento de Adamastor, seu pai. Este revoltadíssimo com o fato, contratou advogado para oferecer **queixa-crime**, outorgando-lhe procuração para tal fim. Em data de 21 de maio, 24º aniversário de Elisa, o Dr. Amador N. Gligente deu entrada na petição, não recebida pelo Juiz Justino da Luz. Responda de **forma resumida** qual a razão de haver o Juiz rejeitado a queixa-crime.

2º QUESTÃO (1 ponto)

Ernesto foi condenado pelo Juiz da 23a Vara Criminal à pena de um (1) ano e 7(sete) meses de detenção. Apesar de fazer jus ao benefício do *sursis* não só em razão da dosagem da pena, também pelo fato de ser primário, possuir bons antecedentes, ser funcionário público, ter residência fixa e família constituída, no distrito de culpa, o magistrado, na sentença, negou a concessão do benefício. Por incúria do Dr. S. Quecido, a sentença transitou em julgado, sendo os autos remetidos à Vara de Execuções Criminais. Você, contratado por Ernesto em razão da desconstituição daquele advogado, peticionou requerendo ao Juiz das Execuções a concessão do benefício, o que, por despacho de 13 de outubro de 1998 (3a feira), do qual você foi intimado em **16 de outubro (6a feira)**, foi negado. Se cabível recurso, indique qual, a data limite e a fundamentação processual, de **forma concisa**.

3º QUESTÃO (1 ponto)

Dr. Sá Bido, advogado de Fernando, Uá intimado da sentença de pronúncia), inconformado com o fato de Wilson Parente, haver sido incluído na lista geral de jurados, ainda mais sabendo-o inimigo de Fernando, tomou a providência processual cabível. Indique de **forma resumida** qual a providência, a quem dirigida, o prazo e a partir de que ato se conta.

III EXAME DE ORDEM / 1998 DIREITO DO TRABALHO

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 28.11.98

I - PEÇA (7 pontos)

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Coletivo do Distrito Federal -STETCDF ajuizou reclamatória trabalhista contra a Empresa Espacial de Transportes Coletivos, com sede em Brasília -DF, reclamando o cumprimento da Cláusula 26a, do Acordo Coletivo de Trabalho em vigor, que diz: " A empresa descontará de todos os seus empregados beneficiados por este acordo, no primeiro pagamento reajustado, a importância correspondente a 01 (um) dia de serviço do salário corrigido, recolhendo na conta corrente do sindicato profissional".

A empresa defendeu-se sustentando que seus empregados não autorizaram o desconto, juntando, com a defesa, documentação comprovando o alegado.

A MM. 1ª JCJ de Brasília - DF, julgando o feito, declarou a incompetência, em razão da matéria, da Justiça do Trabalho, determinando a remessa dos autos para uma das Varas Cíveis da Justiça Comum do Distrito Federal.

Caro(a) candidato(a) :

Interponha o recurso cabível contra a sentença da Junta de Conciliação e Julgamento.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRABALHO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.
--

!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

Durante a audiência de instrução, o advogado da empresa reclamada requereu a produção de prova pericial contábil. O juiz-presidente indeferiu, de plano, a prova por entendê-la desnecessária à compreensão e julgamento da causa.

Qual a providência que deverá tomar o advogado da empresa para não ter seu direito de defesa cerceado e preclusa sua prova pericial ?

2º QUESTÃO (1 ponto)

Os honorários periciais, na Justiça do Trabalho, são pagos por quem?

3º QUESTÃO (1 ponto)

Os honorários do advogado do empregado reclamante são pagos pela empresa reclamada? Justifique.

**III EXAME DE ORDEM / 1998
DIREITO TRIBUTÁRIO**

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 28.11.98

I - PEÇA (7 pontos)

A DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CAJAZEIRENSE descobriu em sua contabilidade que estava recolhendo, há dois anos, ICMS com base na alíquota de 17%, quando, segundo a Lei instituidora do tributo no Estado da Paraíba era de apenas 12%. Feitas as contas, apurou-se um montante de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

Recorreu administrativamente ao Fisco Estadual, para receber o que pagou a mais, sendo indeferido seu pleito, sob o argumento de que "não há que se falar em devolução de imposto indireto".

A empresa procurou, então, seu escritório para ingressar com a competente ação na Justiça para reaver o que pagou a mais. Redija a peça apropriada ao fato.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRIBUTÁRIO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

O Governo Federal, usando como argumento o enorme rombo na Saúde e na Previdência Social, editou Medida Provisória no dia 03 de novembro corrente, (fictício) elevando a Contribuição Social sobre a Movimentação Financeira - CPMF, de 0,3 para 0,38%. A Medida Provisória foi convertida em lei (hipoteticamente) no dia 28 deste mesmo mês. A partir de quando poderá ser exigida referida Contribuição ? Fundamente sua resposta.

2º QUESTÃO (1 ponto)

O PMDB, foi notificado pela Secretaria de Fazenda do Município de Cajazeiras -PB a pagar o IPTU e a Taxa de Limpeza Pública, relativos ao prédio de sua propriedade, sito à Rua Cel. Guimarães nº 39, naquele Município. Procurou você para recorrer contra tal notificação. O que teria o nobre colega a argumentar, à luz da Constituição Federal, em favor do aludido Partido Político? Fundamente sua resposta.

3º QUESTÃO (1 ponto)

Os Deputados da base de sustentação do Governo, sensíveis aos argumentos da classe empresarial de que "o aumento da CPMF de 0,3 para 0,38% elevará o chamado custo Brasil, tornando ainda mais nossos produtos sem competitividade no mercado externo", procuram substituir a CPMF por um novo imposto chamado de "Imposto Verde", incidente sobre os combustíveis. Supondo que referido imposto seja instituído em virtude da competência residual da União, qual o percentual pertencerá aos Estados e ao Distrito Federal? Fundamente.